

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO FHC E OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN GOVERNMENT FHC COURSES AND BUSINESS ADMINISTRATION

Camila Cunha de Araújo Borges¹
Carlos Alberto Lucena²

Resumo

Este ensaio visa abordar a expansão no ensino superior brasileiro no período de 1995 a 2001, período este que ficou conhecido pelas inúmeras reformas ocorridas na economia e na educação superior. Utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica pertinente ao tema analisada qualitativamente à luz das teorias que fundamentam este estudo. Desse modo, pode-se afirmar que o governo FHC, marcado pelo ideário neoliberal, e pela reestruturação do capitalismo, fez com que as privatizações marcadas no superior de ensino favorecessem a expansão da rede privada, o que aumentou, conseqüentemente, a procura pelos cursos de graduação em Administração, curso este que se aproximava das lógicas e necessidades do mercado.

Palavras-chave: Governo FHC; Expansão Ensino Superior; Curso de Administração.

Abstract

This essay aims to address the expansion in higher education in Brazil in the period 1995 to 2001, a period that became known for the many reforms that have occurred in the economy and higher education. Methodology uses as the literature relevant to the topic analyzed qualitatively to the theories that underlie this study. Thus, one can say that the FHC government, marked by neoliberal, and the restructuring of capitalism, privatization has made marked of higher education favoring the expansion of the private education, which therefore increased the demand for undergraduate degrees in Business Administration, approaching this course of logic and market needs.

Keywords: FHC Government; Higher Education Expansion; Degree in Business Administration.

¹ Administradora de Empresas. Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade UNIESSA de Uberlândia, Minas Gerais. Especialista em Docência no Ensino Superior, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: camila.adm10@yahoo.com.br.

² Cientista Social pela Puccamp. Mestre em Educação pela Puccamp. Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Pós-doutorado em Educação pela Ufscar Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPQ. Pesquisador do Programa de Pesquisador Mineiro da Fapemig. Pesquisador do Histedbr. Professor Associado I na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, atuando na graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em educação. Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Formação Humana. Desenvolve pesquisas nas áreas de Trabalho e Economia da Educação, investigando as transformações no capitalismo financeiro e a formação dos trabalhadores. Email: carlosluc@faced.ufu.br.

1. Introdução

Este artigo tem intuito de discorrer sobre a expansão no ensino superior no Brasil, com ênfase no setor privado de educação. Para isso será feito um recorte no governo FHC³, que governou o país de 1995 a 2001.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, destacando autores como Antunes (2004; 2009), Bertero (2006), Dourado (2002), Leher (2001), Sguissardi (1999, 2000), Silva Jr. (1999), que ressaltam o ensino superior brasileiro, sua privatização e mercantilização, importante para a construção de reflexões neste estudo.

Foi abordado o contexto do processo expansionista no curso de Administração, indagando os fatores de ordem econômica, social e política que contribuíram para um grande crescimento dos cursos de graduação em administração no Brasil.

Também, a pesquisa ressaltou o recorte temporal feito no final dos anos 80 e início dos anos 90, iniciando com o conceito do Plano *Brady* e em seguida abordando as reformas políticas e monetárias e na criação do Plano Real, e na eleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, o presente artigo buscou elucidar os aspectos da expansão do ensino superior privado que é o objeto deste estudo. Para ilustrar a expansão ocorrida em especial no setor privado de ensino, foi escolhido o curso de Administração por entender ser o curso que mais se aproximou em termos de natureza do curso em relação às necessidades do mercado de trabalho.

Os objetivos específicos desse artigo é problematizar de que maneira ocorreu a expansão no ensino superior privado no governo FHC; analisar porque o curso de Administração foi o que mais cresceu em quantidade de cursos criados nas instituições privadas; e entender quais os impactos sofridos pelo curso de Administração durante a expansão na rede privada no Governo FHC.

A pergunta assentada nesta investigação se refere à expansão do ensino superior privado no governo FHC. Sendo assim, para esta pesquisa indaga-se: como ocorreu a expansão do ensino superior privado no governo FHC?

Dessa forma foi feito um balanço dos cursos de Administração no período FHC. Assim, através de dados estatísticos analisados, foi possível construir reflexões sobre a temática abordada neste estudo, buscando contribuir para pesquisas que abordam esta temática, produzindo conhecimento.

³ Fernando Henrique Cardoso.

1.1. Plano *Brady* e Plano Real

Em 10 de março de 1989, foi lançado o Plano *Brady*, um plano de reestruturação da dívida externa, criado pelo secretário do Tesouro Americano Nicholas *Brady*, no qual apresentou propostas diferentes para a crise de endividamento em que os países emergentes vinham passando. O plano tinha como essência o desconto da dívida par os países em desenvolvimento, logo a redução dessa dívida junto aos bancos privados através da recompra direta dos títulos pelo país devedor. A grande vantagem do Plano *Brady* foi à regularização da situação para com os organismos mundiais, pois o Brasil era um grande tomador de empréstimos internacionais.

Em sete de dezembro de 1993, o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, informou no congresso um programa de estabilização que viria obter êxito. Destacando:

- Ajuste fiscal;
- Indexação plena, em um primeiro momento, seguida pela desindexação em um segundo instante, através da criação da Unidade Real de Valor – URV;
- Criação da nova moeda brasileira: o Real.

Na ocasião o Brasil ainda não havia aderido ao Plano *Brady*. Os papéis do acordo entre o Plano *Brady* só foram assinados em abril de 1994, ainda no mandato do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso. Logo, o Plano preveu a redução do valor da dívida externa, com a redução das taxas de juros praticadas, o Brasil teria uma extensão dos prazos de pagamento de sua dívida externa.

Em fevereiro de 1994, o governo criou um novo plano econômico instaurado pela URV, tendo como intuito restabelecer a estrutura de preços relativos da economia, bem como a regulação do Programa de Estabilização Econômica e também para o sistema Monetário Nacional. A URV foi implantada sob a medida provisória nº 434 32, Conforme Ramos (2004, p.56) sintetizou as principais características do plano onde:

- a) Fica instituída a Unidade Real de Valor (URV), como padrão de valor monetário;
- b) A URV, juntamente com o Cruzeiro Real, integra o Sistema Monetário Nacional, continuando o Cruzeiro Real a ser utilizado como meio de pagamento;
- c) A URV, no dia 1º de março de 1994, corresponde a CR\$ 647,50;
- d) A URV será dotada de poder liberatório, a partir de sua emissão pelo Banco Central do Brasil, no dia 1º de julho de 1994, quando passará a denominar-se Real;

e) O Banco Central do Brasil, até a emissão do Real, fixará a paridade diária entre o Cruzeiro Real e a URV, tomando por base a perda do poder aquisitivo; até a emissão do Real, será obrigatória a expressão de valores em Cruzeiro Real, facultada a concomitante expressão em URV;

O novo plano econômico almejou uma considerável redução nos índices de inflação, juntamente com um rigoroso ajuste fiscal. O governo enfatizou que a URV seria uma moeda forte, pois futuramente o Brasil passaria por uma reforma monetária. Através da Lei nº 9.069 sancionada em vinte e nove de julho de 1995 foi criado o Plano Real, que dispunha também sobre o Sistema Monetário Nacional, conforme aponta Ramos (2004, p.58):

1º - A partir de 1º de julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário Nacional passa a ser o Real, dividido em centavos;

2º - A paridade entre o Real e o Cruzeiro Real, a partir de 1º de julho de 1994, será igual à paridade entre a Unidade Real de Valor - URV e o Cruzeiro Real fixada pelo Banco Central do Brasil para o dia 30 de junho de 1994 (R\$ 1,00 = CR\$2750,00).

3º - As reservas internacionais passíveis de utilização para composição do lastro para emissão do Real são os ativos de liquidez internacional denominados conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América.

4º - O Conselho Monetário Nacional, segundo critérios aprovados pelo Presidente da República: regulamentará o lastramento do Real; definirá a forma como o Banco Central do Brasil administrará as reservas internacionais vinculadas; e poderá modificar a paridade a que se refere o item 2º acima.

5º - Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões do Real, limites de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% sobre o saldo de 30 de setembro de 1994; e nulo no quarto trimestre de 1994.

6º - Serão grafados em Real, a partir de 1º de julho de 1994, as demonstrações contábeis e financeiras, os balanços, os cheques, os títulos, os preços, os 59 precatórios, os valores de contratos e todas as demais expressões pecuniárias que se possam traduzir em moeda nacional.

7º - O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre.

8º - É criada junto ao Conselho Monetário Nacional a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito.

9º - A correção, em virtude de disposição legal ou estipulação de negócio jurídico, da expressão monetária de obrigação pecuniária contraída a partir de 1º de julho de 1994, inclusive, somente poderá dar-se pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor, Série-r - IPC-r do IBGE.

10º - A partir de 1º de julho de 1994, ficará interrompida, até 31 de dezembro de 1994, a aplicação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, extinguindo-se a UFIR diária.

11º - OS salários e contratos que já estavam em URV, foram convertidos em Reais pelo valor da URV de 01/07/1994.

Uma breve análise do recorte temporal do governo FHC traz novos temas de importante discussão que tiveram importância no cenário que convergia com a globalização tais como liberalismo econômico, direitos humanos, ecologia, fluxo de capitais. Com relação ao tema meio ambiente, o governo FHC não se subordinou aos órgãos internacionais, já que o governo passou a participar de iniciativas bilaterais e multilaterais.

Diante desse aspecto, o Brasil organizou em junho de 1992 a Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro. No mesmo ano, ocorre também a ECO 92 que tratou sobre o desenvolvimento sustentável. Como resultado positivo da ECO 92, surge a Agenda 21, com preceitos enraizados sobre as preocupações decorridas da mudança de clima na Terra.

Em se tratando de direitos humanos, o governo FHC aderiu a dois programas de proteção da ONU, que tinha como enfoque a discriminação racial, discriminação à mulher, direitos da criança, entre outros. Com esse entendimento Cerro (2002, p. 13) aponta que:

A conjugação dos esforços de juristas, diplomatas e legisladores produziu no Brasil uma percepção e um conceito original de direitos humanos que serviu de instrumento de ação positiva sobre o cenário internacional. Com efeito, o governo brasileiro entende que os direitos humanos- os liberais de primeira geração e os novos direitos econômicos, sociais, civis e culturais da segunda geração- são indivisíveis como o ser humano, e sobrepõem-se aos particularismos religiosos ou culturais.

O fluxo de capitais e a política cambial no governo FHC objetivaram atrair investimentos internacionais através da flexibilização da economia respondendo às imposições do capital financeiro internacional. A reestruturação econômica- financeira só veio se consolidar no Plano Real, pois o Brasil começou a ser atrativo para investimentos internacionais de empresas. Com legitimidade política e eleitoral e em um clima de “hiperpresidencialismo”, o presidente transformou o Brasil no país das reformas e o submeteu, apesar de suas peculiaridades, ao figurino do capital, desenhado agora, pelos

organismos multilaterais, com especial destaque para o Banco Mundial (SILVA JR., 2003, p.71).

As políticas instauradas no ajuste fiscal fortaleceram a moeda nacional e aceleraram as importações no Brasil. O crescimento da industrialização foi positiva, assim como o crescimento do consumo do mercado interno brasileiro. Contudo, em 1999 o Real começava a desvalorizar, e o déficit do comércio interno brasileiro refletiu nas negociações comerciais com empresas internacionais. Sintetizando nesse viés econômico do governo FHC, na mesma linha de pensamento, Cervo (2002, p.17) cita que “a balança do comércio exterior registrou um superávit de 85,9 bilhões de dólares entre 1980-89, entre 1990-94 o superávit atingiu 60,4 bilhões de dólares, mas em 1995-2000 o déficit somou 24,3 bilhões”.

As privatizações de empresas estatais e enxugamento do Estado foram destaque da política neoliberal do governo FHC. O crescimento da dívida interna e externa, elevação das taxas de juros, desigualdade social decorrente das altas taxas de desemprego, redução das verbas com gastos sociais, políticas de rigidez fiscal, sintetizaram o período de reformas políticas e econômicas no país.

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo os contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2009, p. 33).

A abertura das comunicações do Brasil foi uma das maiores negociações com o mercado internacional. Em 1997 foi criada a Lei Geral de Telecomunicações e, no mesmo ano, o governo anunciou o aumento nas tarifas de serviços básicos de telefonia atendendo aos interesses dos grupos econômicos transnacionais que adquiriram as empresas privatizadas.

A justificativa que o governo encontrou para atrair o capital estrangeiro para o Brasil foi elevar as taxas de juros, uma vez que tal prática aumentava as expectativas dos investidores, contribuindo para apreciação cambial. Outro motivo que explica as altas taxas de juros no ano de 1994 foi tentar controlar a inflação e financiar a dívida pública. Com a contribuição de Filgueiras (2000, p. 140), observou-se que:

Os objetivos dessa política, mais uma vez, foram os mesmos de sempre: de um lado, conseguir superávits primários nas contas públicas e, de outro, reduzir o nível de atividade econômica, buscando uma redução dos déficits na balança comercial, através da diminuição das importações e do incitamento às exportações. Tudo isso para tentar demonstrar ao capital

financeiro internacional a capacidade do país para pagar as suas dívidas externa e interna.

Dupas (2001, p.224) afirma que no Brasil "a redução das dimensões do Estado tem sido apresentada como capaz de resolver os problemas de um setor público estrangulado por suas dívidas" reforçando a ideia da política capitalista, como alicerce com o mercado. A privatização e abertura irrestrita ao mercado internacional fragilizaram a economia nacional conforme demonstra os dados abaixo.

Tabela 1. Dívida Líquida do Setor Público- % PIB

Ano	Governo Federal	Governo Estadual e Municipal	Empresas Estatais	Dívida Interna	Dívida Externa	Total
1993	9,7	9,3	14,0	18,6	14,5	33,0
1994	12,5	9,7	6,9	20,7	8,4	29,2
1995	13,2	10,6	6,7	24,9	5,6	31,5
1996	15,9	11,5	5,9	26,2	3,9	30,1
1997	18,8	13,0	2,8	29,7	3,8	33,5
1998	25,3	14,3	2,9	32,0	5,8	37,8
1999	30,2	15,4	3,1	40,0	10,3	50,3
2000	29,7	16,3	2,5	40,0	9,7	49,7
2001	31,3	17,8	2,1	42,1	10,1	52,2

Fonte: Banco Central do Brasil (Dívida Líquida e Necessidade de Financiamento do Setor Público).

Interessante observar os dados da tabela acima, que no prazo de oito anos de 1994 a 2001, a dívida total do Brasil praticamente dobrou. Em 1994 a dívida total era de 33,0 saltando para 52,2 no ano de 2001. E as dívidas no âmbito do governo federal, municipal e estadual, também estavam aumentando na mesma velocidade que a dívida externa brasileira.

Quanto ao liberalismo econômico, o poder do Estado como regulador e implementador, foi subordinado ao mercado, destacando-se as instituições internacionais: FMI⁴, OMC⁵, BM⁶. O governo optou em receber as orientações destes órgãos internacionais, de natureza capitalista, no qual se instaurou um período de intensas privatizações no Brasil.

No final dos anos 90 o Brasil foi atingido pela crise Asiática e da Rússia. Como resposta, o governo FHC elevou novamente as taxas de juros objetivando evitar a fuga de capitais do Brasil. É importante registrar a instabilidade econômica que o Brasil passou na década de 90, pois afetou a educação superior, conforme afirma o autor Ribeiro (2002, p.56)

⁴ Fundo Monetário Internacional.

⁵ Organização Mundial do Comércio.

⁶ Banco Mundial.

"não há dúvidas de que a crise da dívida externa acabou por levar o descontrole da política econômica governamental, evidenciando o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, cuja base de sustentação estivera na capacidade de financiamento do Estado".

Com esse entendimento, Silva Jr. (2003, p.60) registra "a contradição que funda nosso Estado reformado sobre a perda de nossa soberania: temos um Estado forte no âmbito interno e submisso no plano internacional".

Todo o processo acima demonstrado é fundamental para a interpretação das transformações e relacionadas à expansão do ensino superior privado no Brasil.

1.2. A Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil

Através do recorte feito no governo FHC, à expansão do ensino superior traz à tona uma relação entre uma educação mercantilizada, isto é, uma educação como mercadoria que é vendida a seus clientes. Com a contribuição de Marx (1996) mercadoria é percebida como "um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie". Essa relação de mercadoria para com a educação simboliza o saber como um produto de interesses políticos e econômicos, que influenciaram a abertura indiscriminada de instituições privadas de ensino superior no Brasil.

Com o ensino superior o Brasil continuou a depender das interposições dos organismos internacionais. Na verdade o Estado agia como facilitador as políticas privatistas na educação superior.

Reporta-se à "tese" de que o conhecimento deve ser visto como "investimento produtivo" [...] bem privado ou mercadoria de interesse individual negociável no mercado das trocas disto decorrendo, portanto, a recomendação de que o Estado enfraquecido pelo *déficit público*, gradativamente se afaste (ainda mais) da manutenção desse nível de ensino. (SGUISSARDI, 2000, p. 48)

Os custos com docentes, técnicos administrativos, infraestrutura, entre outros fatores foram decisivos para o governo, o que levou as verbas públicas destinadas às universidades federais serem reduzidas. Ao contrário das universidades públicas, as universidades privadas contaram com incentivos fiscais do governo para sua abertura e inserção no ensino superior.

O Estado diminuiu as verbas destinadas as universidades públicas, no período de 1994 a 2001. As instituições federais viveram uma crise estrutural, tendo em vista a diminuição de recursos. Outros problemas surgiram, como o grande número de aposentadorias e baixos

salários dos docentes que os fizeram procurar as universidades privadas para complementar sua renda. Professores aposentados também voltaram ao mercado de trabalho, disputando vagas para docentes nas instituições privadas.

Diante do exposto, conforme o autor Martins (1991, p.66), o setor privado foi se fortalecendo em relação o setor público e "a entrada dos empresários da educação teve boa acolhida da política educacional como forma de ampliação das oportunidades educacionais".

Supõe-se que as universidades começam a ter uma essência mercantilista, que tinha o capital como a base fundamental para corresponderem às necessidades do mercado.

O governo junto ao MEC levou à tona o ar da diferenciação e da diversificação das instituições de ensino superior privado, favorecendo o surgimento de novas instituições de ensino superior chamadas de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, instituições de pesquisa e ensino. Assim, o autor Leher (2001, p. 164) expõe que:

A diversificação do sistema é vigorosamente defendido, pois, em geral, vem acompanhada de novos provedores privados e, não menos importante, permite a adequação do ensino superior ao mercado e aos segmentos sociais: universidades com núcleos de excelência para formar as "classes superiores" e restar serviços tecnológicos e políticos ao mercado; universidade de ensino, para formar profissionais liberais e técnicos, basicamente provenientes da "classe média"; centros universitários e faculdades isoladas, para formar profissionais de pouca especialização e escolas profissionalizantes para os egressos do ensino médio vindo das "classes subalternas". As novas instituições permitem prever um sistema cada vez mais eficiente, eficaz e produtivo, desde que planejadas.

Nesta mesma linha de pensamento, Ribeiro (2002, p. 172), colabora afirmando que:

A diversificação do sistema de educação superior no Brasil veio a efetivar-se, no plano legal, em abril de 1997, com a edição do decreto n. 2.207, que regulamentou disposições da LDB para o sistema federal de ensino. Tal decreto acabou por afirmar duplamente a diversificação do sistema ao distinguir, de um lado, entre as instituições privadas, aquelas que se revestem de finalidade lucrativa, das demais, e de outro, ao classificar as instituições de educação superior, quanto a sua organização acadêmica em: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas isoladas.

Houve uma fragmentação das instituições superiores privadas no âmbito da educação superior. O governo continuou a incentivar a abertura de novas instituições de ensino superior, e colaborava na abertura de novos cursos nas mesmas, desde que tivessem o foco

nas necessidades do mercado. Cabe ressaltar a figura do Estado como insuficiente, em relação ao setor público, característica do neoliberalismo.

As prescrições dos órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional reforçam mais uma vez, um idealismo do capital, presente nas instituições de ensino superior privado, já que o governo FHC enfatizou uma racionalização nos recursos destinados à educação. Com esse entendimento, é importante ressaltar que,

quando o discurso dos organismos internacionais do capital considera a necessidade de redução das verbas públicas para a educação, especialmente superior, abrindo possibilidades para outras fontes de financiamento da atividade educacional via setores privados, depreende-se que, para garantia da expansão no acesso à educação, é imprescindível o fortalecimento da *expansão do ensino privado*. (LIMA, 2002, p.47) *Grifos nossos*.

Em face essa prerrogativa, as instituições privadas buscavam seu lucro, seja na cobrança das mensalidades, seja na captação de mais alunos com abertura de novos cursos. Essa constatação chamou atenção para uma "proposta neoliberal de reforma dos serviços públicos, como se sabe, é orientada por uma ideia reguladora: ideia de privatiza" Moraes (2002, p.20).

Em termos de crescimento na oferta de cursos, as instituições privadas disparam na frente das universidades públicas, este fato foi constatado conforme dados da Tabela 2. Houve uma grande abertura de cursos superiores, destacando os cursos de Pedagogia, Administração etc. Não havia uma fiscalização de nenhum órgão do governo, e nem mudanças na legislação, que pudessem agir ou ter o caráter de frear a abertura das instituições privadas.

Tabela 2. Dados de Matrículas na Graduação de 1994-2000

Ano	Instituições Públicas	Instituições Federais	Instituições Privadas	Total
1994	690.450	363.543	970.584	1.661.034
2000	887.026	482.750	1.807.219	2.694.245
Crescimento % 1994 a 2000	29%	33%	86%	62%

FONTE: MEC/INEP/SEEC

O quadro acima ilustra a quantidade de matrículas realizadas no período de 1994 a 2000, no qual observa-se um crescimento de 29% das matrículas nas instituições públicas, 33% das matrículas foram realizadas nas instituições federais, enquanto que para o mesmo período de referência, as matrículas realizadas nas instituições privadas foram de 86%. Ou

seja, somando o número de matrículas realizadas de 1994 a 2000 das instituições públicas e privadas, tem-se o resultado de 62% de crescimento, enquanto que as instituições privadas representam 86% das matrículas realizadas para o mesmo período.

A reação das entidades privadas tem sido a de acirrar a concorrência entre si, através de agressivas campanhas publicitárias, rebaixamento do valor das mensalidades, localização das unidades de ensino perto do trabalho ou da residência dos alunos, facilidades de ingresso e algumas poucas instituições tentando atrair alunos pela qualidade do ensino. Assim o sistema parece caminhar para um período de ajustes, onde provavelmente ocorrerão fusões, vendas e desativação de cursos e programas, pois o mercado, com uma oferta que ainda não parou de crescer, não parece ter lugar para todos (SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2002, p. 15).

O crescimento quantitativo de instituições privadas criadas no Brasil no governo FHC, não conseguiram acompanhar o crescimento qualitativo da educação que foi oferecida a seus alunos, ou seja, o crescimento entre quantidade de instituições se difere da qualidade que é oferecida nas instituições privadas. Tendo em vista a necessidade do lucro, existem instituições de ótima qualidade, e também existem aquelas instituições com qualidade de ensino inferior, que não consegue "formar" o aluno para o mercado. Daí a relação de cliente e mercadoria, entre aluno e educação.

Outro fator que acelerou a expansão foi à reformulação da LDB 9.394/96, na qual havia uma subordinação da esfera executiva à esfera legislativa. Dessa forma, as reformas institucionais promulgadas nessa Lei tinha como matriz conceitual o Banco Mundial, e neste contexto histórico a ascensão do neoliberalismo político, que aproximava as instituições superiores ao mercado. Sobre esse assunto, é importante destacar que,

nos anos 90, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas são orientadas por meio, entre outros processos, da reforma do Estado que, engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais. Tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96), negligenciando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil, especialmente o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. (DOURADO, 2002, p. 242)

Com relação à pesquisa e extensão, percebe-se que as instituições privadas carecem de produções científicas se comparadas às instituições públicas, talvez pelo fato de algumas

com naturezas empresariais focadas no mundo dos negócios, e daí o fato de formarem profissionais com o perfil específico que o mercado de trabalho procura, ou por não terem a obrigação de realizar pesquisa com professores – não formam pesquisadores, pois ainda se observa uma lacuna no corpo docente de doutores, por exemplo, em instituições privadas.

1.3. Balanço dos Cursos de Administração de Empresas no Governo FHC

A ideologia neoliberal presente no governo FHC contribuiu para a natureza do curso de Administração, pois este curso, ao se ligar ao mercado, enfatiza o potencial individual, a competitividade, agilidade, flexibilidade, preocupação em atingir metas, elucidam a necessidade da presença de temas como globalização, ética, governabilidade na essência do curso.

Fazendo um recorte histórico que traz a tona o currículo do curso de Administração pelo Conselho Federal de Educação, sua regulamentação só foi ocorrer em oito de julho de 1966. A criação da Associação Nacional de Graduação em Administração - ANGRAD, fundada em 06 de dezembro de 1991, contribui bastante para a expansão do curso de Administração, pois organizou intercâmbios, realizava encontros regionais e nacionais.

Houve a colaboração do governo e das universidades internacionais em busca de novas informações, enfatizando um processo de mercantilização do ensino em Administração. Tal fato foi importante para a expansão do curso, já que a troca de informações e até mesmo a influência dos cursos de Administração no exterior trouxeram algumas contribuições para o caminhar desse curso no Brasil.

Com a promulgação da LDB 9.394/96, e com o parecer n.776/97, percebe-se uma estruturação no ensino superior em Administração com relação às diretrizes curriculares específicas para cada curso de graduação. Para o curso de Administração nos primeiros períodos de graduação, geralmente são ministradas conteúdos de formação básica, como Economia, Direito, Matemática, Contabilidade, Filosofia, Psicologia, Sociologia e Informática.

Nos períodos seguintes, também geralmente são ministradas disciplinas como Teorias da Administração, Administração Mercadológica, Administração de Recursos Humanos, Administração de Produção, Administração Financeira e Orçamentária, Sistemas e Métodos. Com ênfase na formação que contempla o administrador, os períodos seguintes são contemplados com disciplinas específicas que promovem uma comunicação entre conhecimento e mercado. O curso de Administração também conta com a disciplina de

Estágio Supervisionado, em que onde avalia a aplicação do conteúdo no dia a dia do administrador.

Outros fatores que contribuíram para a expansão do curso de Administração estão ligados à natureza do curso, que exige poucos investimentos das mantenedoras das universidades privadas, a infraestrutura simples como laboratórios de informática e uma presença de especialistas presentes no corpo docente do curso.

Devido à carência de pesquisas científicas na área de administração que sintetizam a docência, embora seja um curso de bacharelado, poucas instituições de ensino superior privadas contam com docentes que tenham a titulação de mestres ou doutores, conforme expõe Bertero (2006, p. 21):

A questão que a seguir se coloca é saber por que se abriram tantas vagas nessa profissão. A razão não é necessariamente um elogio a nossos educadores e gestores de universidades, centros universitários e faculdades de administração. Tratara-se de um curso de fácil massificação. Exige poucos investimentos em ativo fixo, só recentemente laboratórios de informática passaram a ser vistos como necessários, e pode ser lecionados em meio período, o que permite sua expansão por meio de cursos noturnos. O encanto ou atratividade da profissão para muitos jovens, não só de classe alta e média alta, mas de classe média e média baixa, assegurou por muitos anos uma demanda não só constante, as crescente. A maioria das vagas é oferecida pelas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas com os objetivos empresariais em que serviços educacionais são tratados primordialmente como negócios.

É dentro dessa análise reflexiva, que pode-se entender o curso de graduação em Administração como um dos mais que cresceu no Brasil, no recorte temporal do governo FHC.

Tabela 3. Número de instituições superiores criadas no Brasil no período de 1997-1999

Ano	Públicas	Públicas %	Privadas %	Privadas	Total Brasil
1997	211	23	77	689	900
1998	209	22	78	764	973
1999	192	18	82	905	1.097

Fonte: Dados Comparativos Censo MEC (1997/1998/1999). Elaborada a partir de dados do MEC/INEP/SEEC – Evolução do Ensino Superior – Graduação.

Outro fator que favoreceu a expansão do curso foi às habilitações do curso de Administração. As habilitações estão relacionadas à gestão de negócios e empresas, comércio exterior, sistema de informação, entre outros. O curso de Administração favorece noções de

economia, direito, contabilidade, pois favorece um diálogo com demais cursos, uma ação que atende aos interesses do mercado de trabalho associados aos princípios de eficiência, produtividade e competitividade.

A aproximação da lógica capitalista aos interesses daqueles que buscam o lucro, tem contribuído para a expansão do curso de Administração no Brasil, principalmente no crescimento da abertura de IES privadas. As orientações dos organismos internacionais também foram praticados no ensino superior, assim, o governo FHC facilitou a abertura e a entrada de faculdades isoladas que ofereciam esse curso, se tornando mais “atrativo” aos jovens, devido ao fato de elencar as necessidades do mercado, a natureza do curso, pois supõe-se que muitas pessoas buscavam a titulação nesse curso pra conseguir ascensão profissional no trabalho.

Considerações Finais

Na década de 90, o Brasil foi marcado por momentos delicados em relação a sua economia, reflexos oriundos do grande endividamento da dívida externa. No mesmo contexto histórico surgiu o Plano *Brady* que tinha como principal característica tentar restabelecer financeiramente os países inadimplentes deixando de honrar os pagamentos da dívida externa. Era feito uma análise individualmente respeitando as características de cada país. Dessa forma, com a adesão ao Plano *Brady*, os países efetuaram novamente os pagamentos da dívida externa, embora o Brasil tenha aderido mais tarde a esse Plano em comparação aos demais países que se encontravam na mesma situação de inadimplência.

Com o recorte temporal feito no governo FHC, foi possível compreender como ocorreu a expansão do ensino superior. Inicialmente ainda como Ministro da Fazenda, FHC comandou um novo plano monetário, a URV que tinha como princípio a redução inflação e da indexização dos preços. A URV serviu de base para a criação do plano Real, que restabeleceu a economia brasileira, devido ao discurso político findado na valorização da nova moeda brasileira. A busca de capital estrangeiro favoreceu a vinda de empresas internacionais para o Brasil.

De acordo com as reflexões construídas no texto, pode-se afirmar que o governo FHC implantou reformas políticas cambiais que fez elevar novamente as altas taxas de juros. Importante citar que esse governo foi marcado por grandes reformas na economia, na educação superior. Com a redução do papel do Estado, cada vez mais o Estado atuava no governo FHC. Nesse contexto, as universidades federais passaram por grandes mudanças,

pois o governo optou em diminuir os custos diminuindo as verbas, diminuindo investimentos em sua infraestrutura e com pagamento de despesas com pessoal, tais como docentes e técnicos administrativos.

Cabe ressaltar que mesmo com a expansão da rede privada de ensino superior, as universidades federais não deixaram de ofertarem vagas. Contudo, não conseguiam crescer na mesma velocidade que as instituições privadas cresciam, no recorte temporal analisado.

Com a promulgação da LDB n. 9.394/96, juntamente com a imposição dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial-BM, o Brasil ficou cada vez mais dependente do capital estrangeiro. Muitas instituições de ensino superior surgiram no Brasil no período analisado e o próprio governo facilitou a abertura destas instituições, uma vez que privilegiou-as com incentivos fiscais, o que favoreceu a grande procura e a inserção da população ao ensino superior.

O governo FHC com doutrinas neoliberais enfatizou as privatizações, principalmente no ensino superior, o que fez uma sutil relação entre educação e mercadoria, embora o aluno fosse visto como "consumidor". Com princípios fundados no capitalismo, essas instituições de ensino tiveram sua natureza ligada ao "empresariamento". Houve uma grande expansão do ensino superior, no governo FHC, principalmente no diz respeito à facilidade de acesso na rede privada de ensino.

Segundo a luz das teorias que fundamentam este estudo foi possível compreender que o governo FHC, marcado pelo ideário neoliberal e pela reestruturação do capitalismo, através do discurso ideológico de seu governo fez com que as privatizações marcadas na rede superior de ensino favorecessem a expansão da rede privada, o que aumentou, de fato, a procura pelos cursos de graduação em Administração, visto que se aproximava das lógicas e necessidades do mercado. Em suma, compreende-se que o curso de Administração foi o que mais se expandiu no governo FHC, já que sua base fundamentada nas necessidades do mercado, elucidando os princípios do lucro, da produtividade e do capitalismo.

Referências

ANDES. **Relatório final do XXII CONAD**. Conselho da ANDES – Sindicato Nacional. Campo Grande: ANDES, 1990.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BACHA, E. L. Plano real: uma segunda tentativa. In: **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.

BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo. 1999.

CERVO, A. L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: Rev. Bras. Polít. Int.45 (1): 5-35, 2002.

CUNHA, M. A. **Abertura indiscriminada de cursos superiores de administração**: um aspecto da história da educação recente. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.

CUNHA, L. A. O Ensino Superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.24, n.82, abr. p.37-61, 2003. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.com.br> > Acesso em: 15 de setembro de 2012.

DIAS SOBRINHO, J. Concepções de universidades e de avaliação insitucional. In: TRINDADE, H. (org). **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A reforma do estado e as políticas para educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.23, n.80, set. p.235-53, 2002. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.com.br> >. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

DUPAS, G. A. A lógica econômica global e a revisão do *Welfare State*: a urgência de um novo pacto. IN: PEREIRA, L. C. B; WILHEIM, J.; SOLA, L.(orgs). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP, 2001.

DURHAM, E. R. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Sociologia USP**. São Paulo, out. p, 231-254, 1999.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000**. Brasília: INEP/MEC, 2003.

LEHER, R. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, P. (org). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, T. C. M. P. **O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás**: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2007.

LIMA, K. R. S. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (org). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

LIMA, K. R. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro, 2005, Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense: Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2005.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ADMINISTRADOR. **Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA/MG**. Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, L. S. Os sentidos do trabalho docente universitário em tempos neoliberais. **Revista da UFG**. vol.7, n.2, dez. de 2005. Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br/revista/ufg/45anos/E-sentidostrabalho.html22/10/2012>>. Acesso em 23 de dezembro de 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado - sociedade. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.23, n.80, set. p.13-20, 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.com.br>> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista RAE**. São Paulo, vol. 43, n. 2, p. 44-54, abr./maio.jun. 2003.

PORTELLA FILHO, P. o ajustamento da América Latina: crítica ao modelo de Washington. Lua Nova, São Paulo, n.32, p.101-132, 1994.

RAMOS, F. A. C. **Análise Comparativa dos Planos Cruzado e Real**. Dissertação (Mestrado em Economia). Escola de Pós-Graduação em Economia, Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, M. G. M. **Educação Superior Brasileira**: reforma e diversificação institucional. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ROMULALDO, C. O ensino superior e o cenário de curso de Administração no Brasil. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v.1, n.1, fev. p.105-123, 2012.

SANTOS, B. L. P. A política de ampliação da oferta do ensino superior: democratização? **Democratizar**. v.2, n.2, mai./ago. 2008.

SILVA JR., J. R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.